

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa à Comissão

3.1.1. Projeto de Lei

3.2. Iniciativas Europeias

3.3. Comunicação do Grupo de Trabalho de Escrutínio das Iniciativas Europeias

3.4. Pedidos de Audiência

3.5. Aprovação de Relatórios

3.6. Programa da Conferência Ensino Superior e Ciência: responder aos novos desafios da inovação científica e da inovação social

3.7. Nova baixa à Comissão, para apreciação na generalidade, de iniciativas do PSD de ensino superior e ciência

3.8. Audição de entidades do ensino profissional

4. Audição da FENPROF, por requerimento do PCP, sobre questões relativas aos trabalhadores da Escola Pública

5. Audição da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, por requerimento do PCP, sobre questões relativas aos trabalhadores da Escola Pública

6. Discussão e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa

- [Projeto de Lei n.º 813/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e construção de residências universitárias

7. Discussão de Projetos de Resolução

7.1. [Projeto de Resolução n.º 1565/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Pela correta aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho

7.2. [Projeto de Resolução 1542/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Manutenção da Licenciatura em Ergonomia na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

7.3. [Projeto de Resolução n.º 1546/XIII](#) (PCP) - Concurso extraordinário de recrutamento e colocação de inspetores na área da Educação e Ciência

7.4. [Projeto de Resolução n.º 1550/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Alteração na hora de realização dos Exames Nacionais

7.5. Discussão conjunta

- **[Projeto de Resolução n.º 1571/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#)** - Recomenda ao Governo que proceda à realização de obras de reabilitação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga
- **[Projeto de Resolução n.º 1576/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Urgente requalificação da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão
- **[Projeto de Resolução n.º 1626/XIII/3.ª \(PEV\)](#)** - Reabilitação urgente da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão de Braga

7.6. Discussão conjunta

- **[Projeto de Resolução n.º 1572/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Urgente requalificação na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso
- **[Projeto de Resolução n.º 1611/XIII/3.ª \(BE\)](#)** - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola EB 2/3 Professor Gonçalo Sampaio, em Póvoa de Lanhoso

7.7. [Projeto de Resolução n.º 1573/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Amares

7.8. Discussão conjunta

- **[Projeto de Resolução n.º 1574/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Requalificação e realização urgente de obras em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, Guimarães

- [Projeto de Resolução n.º 1612/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, em Guimarães

7.9. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1562/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para reabilitação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- [Projeto de Resolução n.º 1563/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- [Projeto de Resolução n.º 1575/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Urgente requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado
- [Projeto de Resolução n.º 1622/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, de Vila Nova de Famalicão

7.10. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1561/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação da Escola Secundária de Barcelinhos e remova todas as placas de fibrocimento
- [Projeto de Resolução n.º 1578/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Barcelinhos
- [Projeto de Resolução n.º 1625/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Barcelinhos – Barcelos

7.11. [Projeto de Resolução n.º 1598/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a realização de obras na Escola Básica 2/3 D. Carlos I em Sintra

8. Apreciação e votação de relatório final de petição

8.1. [Petição n.º 467/XIII/3.ª](#) - Solicitam a celebração de Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo que respeite o estipulado na Lei de Bases e o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

- Deputada relatora: Sandra Pontedeira (PS)

9. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução aprovados

- [Projeto de Resolução n.º 1421/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes)
- [Projeto de Resolução n.º 1451/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Em defesa da Escola Secundária de Rebordosa, no concelho de Paredes
- [Projeto de Resolução n.º 1547/XIII/3.ª \(PSD\)](#) Requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa
- [Projeto de Resolução n.º 1569/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

- 12 junho – 15h

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Presidente da Comissão referiu que tinha sido recebido um requerimento do BE para audição do Ministro da Educação, mas o mesmo tinha dado entrada menos de 24 horas antes da reunião, pelo que nos termos do Regulamento da Comissão só podia ser incluído na Ordem do Dia da reunião se houvesse consenso para o efeito.

Após debate, o Deputado Porfírio Silva (PS) manifestou discordância em relação à discussão do requerimento na reunião em curso, pelo que o mesmo será agendado para a reunião seguinte.

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião de 29 de maio foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa à Comissão de Projeto de Lei

O Presidente da Comissão referiu que tinha baixado à mesma o [Projeto de Lei n.º 889/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Conclusão das obras, extinção e transferência do património da «Parque Escolar, E.P.E.» -, distribuído ao PSD, tendo o Deputado Pedro Pimpão informado que indicaria posteriormente o respetivo relator.

3.2. Iniciativas Europeias:

O Presidente indicou que foram comunicadas pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE), para efeitos informativos, as iniciativas europeia referidas abaixo e perguntou se havia interesse em se proceder ao escrutínio de algumas delas, tendo a resposta sido negativa.

COM(2018)370	23-05-2018	RAPPORT DE LA COMMISSION AU PARLEMENT EUROPÉEN ET AU CONSEIL RAPPORT DE 2018 SUR L'ÉTAT DE LA CONVERGENCE (élaboré conformément à l'article 140, paragraphe 1, du traité sur le fonctionnement de l'Union européenne)	
COM(2018)268	22-05-2018	COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE EUROPEAN COUNCIL, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS Building a stronger Europe: the role of youth, education and culture policies	Pacote Cultura e Juventude
COM(2018)271	22-05-2018	Proposition de RECOMMANDATION DU CONSEIL relative à des systèmes de qualité pour l'éducation et l'accueil de la petite enfance	
COM(2018)272	22-05-2018	Proposition de RECOMMANDATION DU CONSEIL relative à une approche globale de l'enseignement et de l'apprentissage des langues	

3.3. Comunicação do Grupo de Trabalho de Escrutínio das Iniciativas Europeias

Transmitiu depois as sugestões recebidas da Comissão de Assuntos Europeus com vista à melhoria da aplicação da metodologia de escrutínio, que constam abaixo:

- a) Antecipação da apresentação de pareceres na CAE – sugere-se que os pareceres da CAE sejam apresentados uma semana antes do seu prazo final, permitindo que questões de subsidiariedade possam ser tratadas atempadamente. Neste sentido o prazo indicativo para envio dos relatórios das Comissões Competentes à CAE terá em conta este facto;
- b) Nota Técnica de Escrutínio solicitada pela Comissão Competente em razão da matéria – o relatório da Comissão Competente deverá ser aprovado em tempo equivalente ao decorrido entre o pedido e o envio da nota técnica, no que se refere às iniciativas sem prazo de escrutínio.

Não se registaram intervenções.

3.4. Pedido de Audiência

A Comissão deliberou que o pedido de audiência da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Quinta das Flores, Escola Artística e Conservatório de Música de Coimbra, para serem ouvidos sobre o regime de matrículas para o próximo ano letivo, teria resposta através de reunião presidida pela Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) e aberta a todos os Deputados.

Deliberou também que o pedido de audiência da docente da Escola Superior de Santarém Maria Potes Barbas, para apresentar a Formação "Literacia Digital para o Mercado laboral", seria encaminhado para o Grupo de Trabalho de Educação Especial, para ponderarem fazer a audiência.

3.5. Aprovação de relatórios

Foi adiada a apreciação do relatório da visita do Grupo de Trabalho da Educação Especial ao Agrupamento de Escolas de Cuba, AE n.º 2 de Beja e Instituto Politécnico de Beja.

3.6. Programa da Conferência Ensino Superior e Ciência: responder aos novos desafios da inovação científica e da inovação social

O programa da conferência foi aprovado.

3.7. Nova baixa à Comissão, para apreciação na generalidade, de iniciativas do PSD de ensino superior e ciência

O Presidente lembrou que se encontravam em apreciação na Comissão as iniciativas referidas abaixo, do PSD, que foram discutidas no Plenário em 12/10/2017 e baixaram à Comissão sem votação, para nova apreciação, terminando o respetivo prazo em 12 de junho. Para esse efeito foi constituído um Grupo de Trabalho que fez a audição de entidades e foram recebidos vários contributos, que estão disponibilizados nas respetivas iniciativas.

- [Projeto de Lei n.º 619/XIII/3.ª](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, que aprova a orgânica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.
- [Projeto de Lei n.º 620/XIII/3.ª](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, que aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária
- [Projeto de Lei n.º 621/XIII/3.ª](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior
- [Projeto de Resolução n.º 1069/XIII/3.ª](#) – Recomenda ao Governo a promoção do emprego de doutorados na sociedade
- [Projeto de Resolução n.º 1070/XIII/3.ª](#) - Recomenda a promoção de uma política de propriedade intelectual que fomente o investimento e a inovação
- [Projeto de Resolução n.º 1071/XIII/3.ª](#) - Recomenda ao Governo a promoção da transferência de tecnologia entre Universidades e Institutos Politécnicos e a sociedade

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) propôs que fosse dado um prazo até 19 de junho para os Grupos Parlamentares apresentarem propostas de alteração às iniciativas e depois se concluir a apreciação e que fosse pedida a prorrogação do prazo por 45 dias, tendo a proposta merecido consenso.

3.8. Audição de entidades do ensino profissional

Tendo presente a realização de uma audição das entidades do ensino profissional em 4 de julho, foi consensualizada a grelha de tempos e a indicação das entidades a convidar para participarem no debate.

4. Audição da FENPROF, por requerimento do PCP, sobre questões relativas aos trabalhadores da Escola Pública

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação da FENPROF (elementos identificados na [página da Comissão](#)) e indicou a grelha de tempos da audição.

A Deputada Ana Mesquita (PCP, Grupo Parlamentar que requereu a audição) referiu que no dia anterior, na sessão plenária, o Primeiro-ministro veio dizer que não haverá recuperação do tempo de serviço para os docentes, assim contrariando o estabelecido no artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018, alegando intransigência por parte dos sindicatos e referindo que o impacto seriam 600 milhões de euros. Tendo presente estas afirmações, a Deputada colocou a posição do PCP, que defende serem o modo e o prazo como a expressão remuneratória do tempo de serviço é realizada – e não o tempo - os únicos alvos de negociação. Perguntou à FENPROF se nas negociações foram colocadas outras formas de resolver a situação e dada alguma margem de flexibilidade, se o impacto indicado corresponde ao indicado pelo Governo, sabendo-se publicamente que os sindicatos desmontaram já estes números em diversas ocasiões, e realçou que não houve um processo negocial formal, mas negociações classificadas como *ad hoc* pela própria equipa ministerial.”

Creio ainda que, em momento algum, a FENPROF referiu a disponibilidade para negociar o tempo, pelo que o ponto 9 da resposta está incorreto. Apenas foi admitida a negociação do modo e do prazo – ou seja, da forma como o pagamento é refletido ao longo do tempo e não do tempo congelado em si. Esta situação fica bem clara quando o Secretário-Geral da FENPROF refere a expressão “9 anos, 4 meses, 2 dias e nem 1 minuto a menos”.

O Professor Mário Nogueira, da delegação da FENPROF, referiu o seguinte:

1. A posição da FENPROF é consensual com os restantes sindicatos;
2. A FENPROF queria discutir outras matérias, designadamente, um regime de aposentação específico para os docentes, sendo que a maioria está numa faixa etária elevada, o regime de horários, os concursos e o regime de progressão aos escalões do topo;
3. Os professores têm uma posição intransigente em relação ao tempo de serviço, dado que a recuperação do mesmo foi acordada em outubro de 2017 e por isso era normal que o Orçamento do Estado não mandasse negociar esse tempo;
4. A Resolução da Assembleia da República sobre essa matéria não teve votos contra;
5. Os professores perderam 9 anos pelo congelamento das remunerações;

6. Os números do impacto que o Governo ontem avançou não estão corretos e o executivo já os alterou anteriormente, quando deu os valores à comunicação social;
7. O documento assinado em outubro de 2017 previa a discussão do prazo e o pagamento na atual e posterior legislatura;
8. A FENPROF não tem intransigência, só quer que o Governo cumpra o que acordou com os sindicatos;
9. A FENPROF aceita discutir o tempo.

Interveio depois a Deputada Maria Manuela Tender (PSD), manifestando preocupação com o extremar de posições entre o Governo e os sindicatos e referindo que valorizam a paz e o honrar dos compromissos assumidos. Perguntou depois que compromissos foram assumidos com o Governo, que normas do acordo foram violadas, quais as consequências e que novos problemas têm sido levantados. Indicou ainda que o Governo não esclareceu se estão em causa 9 ou 7 anos e agora percebe-se porquê.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu que o Governo tem apostado na valorização dos docentes e da escola pública, havendo atualmente mais 5.000 docentes, 700 técnicos, tutorias, aposta na educação pré-escolar, mais assistentes operacionais e perspectivas de vinculação pelo PREVPAP – Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública. Defendeu depois que o descongelamento das carreiras teve lugar em 2018 e a recuperação do tempo de serviço não estava prevista, tendo-se iniciado a negociação para isso. Transmitiu depois que a recuperação total é impossível neste momento e o Governo fez uma proposta, que não foi aceite, pelo que pediu aos sindicatos que aceitassem a negociação.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o Ministério da Educação fez chantagem com os sindicatos, dizendo que os docentes podem não recuperar qualquer tempo. Perguntou depois se a FENPROF está disponível para voltar à mesa das negociações e qual o faseamento de recuperação do tempo que propunham.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) mencionou que o Governo tem gerado falta de paz e tem tido uma conduta errática, inconsistente e desonesta. Perguntou ainda o que vai fazer a FENPROF e qual a posição que defende em relação aos concursos.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a recuperação do tempo de serviço foi acordada com os sindicatos e que o Governo, a manter a sua posição, está a desrespeitar os direitos dos trabalhadores. Perguntou depois à FENPROF o que vai acontecer e quais os efeitos na normalidade do próximo ano letivo, referindo que, a existirem problemas no seu arranque, eles apenas podem ser imputados ao Governo e não aos professores e educadores em luta pela defesa dos seus direitos.

Na sequência das perguntas e das observações expressas, o Professor Mário Nogueira, da delegação da FENPROF, referiu o seguinte:

1. No ponto 7 do compromisso assinado pelo Governo e pela plataforma dos sindicatos em outubro de 2017 diz-se que o acordo foi estabelecido de boa-fé e a sustentabilidade do pagamento foi levada em conta, pelo que se o Governo quer outra coisa, que diga o que quer;
2. Não há negociações *ad hoc*;
3. Não querem negociar o que já se acordou em outubro de 2017;
4. Na Região Autónoma da Madeira já foi contado todo o tempo de serviço aos docentes;

5. O concurso externo extraordinário é ilegal e as respetivas regras não foram negociadas;
6. A FENPROF apresentou uma proposta para se concretizar até 2023 a recuperação do tempo de serviço.

A terminar, o Deputado Porfírio Silva (PS) perguntou se a FENPROF podia transmitir os cálculos que fez e o Deputado Pedro Alves (PSD) pediu um esclarecimento sobre o reconhecimento feito na Madeira e nos Açores em relação ao tempo de serviço, tendo a FENPROF dado resposta.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

5. Audição da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, por requerimento do PCP, sobre questões relativas aos trabalhadores da Escola Pública

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (elementos identificados na [página da Comissão](#)) e indicou a grelha de tempos da audição.

A Deputada Ana Mesquita (PCP, Grupo Parlamentar que requereu a audição) pediu a posição da Federação em relação ao atual rácio dos assistentes operacionais, bem como o estudo que desenvolveu sobre essa matéria e as respetivas conclusões. Solicitou depois a posição da Federação sobre a hipótese de contratação de pessoal de limpeza a tempo parcial pelas escolas, ao abrigo do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO), perguntou quais as reivindicações que fazem em relação aos técnicos especializados e pediu informações sobre o andamento do PREVPAP, Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública.

Os elementos da delegação da Federação referiram o seguinte:

1. A Portaria dos rácios não responde às necessidades efetivas das escolas;
2. O Ministério da Educação autorizou 1.500 contratos a termo certo depois de agosto de 2017 e já não são abrangidos pelo PREVPAP;
3. Há problemas com a substituição dos trabalhadores doentes, a média de idades é superior a 50 anos e há necessidade de um regime especial de aposentação;
4. Todos estes trabalhadores têm de estar no quadro;
5. A muitos não lhes foi contado o tempo para progressão na carreira;
6. A municipalização é uma preocupação, defendendo a Federação que o trabalhador não docente tem de ser exclusivo da escola, não podendo ser colocado noutras funções da autarquia;
7. Em relação aos técnicos especializados, pedem que o Governo assuma que são trabalhadores a tempo inteiro e não sejam dispensados em 31 de agosto;
8. São 9.000 trabalhadores que respondem a necessidades permanentes.

Interveio depois o Deputado Álvaro Batista (PSD) referindo que a escola pública está pior do que estava com o anterior Governo e que isso é responsabilidade do PS, BE e PCP, que deram apoio ao mesmo em 3 Orçamentos do Estado. Mencionou depois que o Governo aprovou a diminuição do horário de trabalho para 35h semanais e diz que eram necessários mais 3.500 assistentes operacionais, mas estes não foram contratados, com consequências para todos. O PREVPAP visava regularizar precários, mas ainda não houve nenhum trabalhador regularizado.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) enfatizou que hoje está a falar-se de vinculação de assistentes operacionais e isso é um aspeto muito positivo e de valorização da escola pública, mas é um processo complexo, que está a decorrer e visa melhores medidas e a regularização dos trabalhadores.

A Deputada Joana Mortágua (BE) considerou que é impossível sustentar a escola pública em precariedade e os assistentes operacionais têm um papel importante na escola, tendo realçado também a importância do PREVPAP. Manifestou também preocupação com a contratação atual dos assistentes, com a situação dos técnicos especializados e com a relação com a municipalização da educação.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) defendeu que os assistentes operacionais são muito importantes e a Portaria dos rácios não é suficiente. Perguntou depois que tratamento tem sido dado a estas matérias pelo Ministério da Educação.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) manifestou preocupação com a falta de resolução dos problemas pelo Ministério da Educação e perguntou se a Federação tem apresentado propostas ao Ministério e quais os resultados. Manifestou também preocupação com a municipalização e defendeu que a vinculação às autarquias prejudica a ligação dos trabalhadores às escolas. Referiu depois que há técnicos especializados que já estão na escola há muitos anos e considerou que o PREVPAP é importante, mas ninguém pode ficar para trás, quando é necessário à escola.

Na sequência das perguntas e das observações expressas, os elementos da Federação referiram o seguinte:

1. Há uma sobrecarga dos trabalhadores e estão a ser postos em causa os direitos destes;
2. A Federação entregou uma carta reivindicativa ao Governo, mas este só fez a Portaria de rácios;
3. A Secretária de Estado disse que a carreira de assistentes operacionais é uma carreira geral e o seu tratamento é feito pelo Ministério das Finanças;
4. A municipalização gera receio nos trabalhadores e vai pôr em causa os direitos dos mesmos;
5. O PREVPAP podia ter sido uma ferramenta importante e simples, mas é complexo e prevê-se que só 30.000 trabalhadores serão abrangidos, o que representa uma percentagem pequena em relação ao número total;
6. Mais de 3.000 trabalhadores terminam o contrato em 31/8/2018 e depois vão ter novos contratos;
7. A Portaria dos rácios devia cumprir o que está revisto no Orçamento do Estado;
8. Há contratação de pessoal a tempo parcial para limpeza, ao abrigo do DLEO, que depois se comprova ser destinado a suprir todo o tipo de necessidades permanentes;
9. Esperam que a Assembleia da República, dentro das suas competências, não deixe os trabalhadores irem para a rua em 31/8/2018 e serem municipalizados.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

6. Discussão e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa

- [Projeto de Lei n.º 813/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e construção de residências universitárias

Adiado.

7. Discussão de Projetos de Resolução

7.1. [Projeto de Resolução n.º 1565/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Pela correta aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho

Adiado.

7.2. [Projeto de Resolução 1542/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Manutenção da Licenciatura em Ergonomia na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Adiado.

7.3. [Projeto de Resolução n.º 1546/XIII](#) (PCP) - Concurso extraordinário de recrutamento e colocação de inspetores na área da Educação e Ciência

Adiado.

7.4. [Projeto de Resolução n.º 1550/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Alteração na hora de realização dos Exames Nacionais

Adiado.

7.5. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1571/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à realização de obras de reabilitação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga
- [Projeto de Resolução n.º 1576/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Urgente requalificação da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão
- [Projeto de Resolução n.º 1626/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Básica 2/3 Frei Caetano Brandão de Braga

Adiado.

7.6. Discussão conjunta

- [Projeto de Resolução n.º 1572/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Urgente requalificação na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso
- [Projeto de Resolução n.º 1611/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola EB 2/3 Professor Gonçalo Sampaio, em Póvoa de Lanhoso

Adiado.

7.7. [Projeto de Resolução n.º 1573/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Amares

Adiado.

7.8. Discussão conjunta

- **[Projeto de Resolução n.º 1574/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Requalificação e realização urgente de obras em escolas do Agrupamento de Escolas Santos Simões, Guimarães
- **[Projeto de Resolução n.º 1612/XIII/3.ª \(BE\)](#)** - Recomenda ao Governo a urgente reabilitação da Escola Básica e Secundária Santos Simões, em Guimarães

Adiado.

7.9. Discussão conjunta

- **[Projeto de Resolução n.º 1562/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#)** - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para reabilitação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- **[Projeto de Resolução n.º 1563/XIII/3.ª \(PSD\)](#)** - Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, na Vila de Joane
- **[Projeto de Resolução n.º 1575/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Urgente requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado
- **[Projeto de Resolução n.º 1622/XIII/3.ª \(PEV\)](#)** - Reabilitação urgente da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, de Vila Nova de Famalicão

Adiado.

7.10. Discussão conjunta

- **[Projeto de Resolução n.º 1561/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#)** - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação da Escola Secundária de Barcelinhos e remova todas as placas de fibrocimento
- **[Projeto de Resolução n.º 1578/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** - Requalificação e realização urgente de obras na Escola Secundária de Barcelinhos

- [Projeto de Resolução n.º 1625/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Barcelinhos – Barcelos

Adiado.

7.11. [Projeto de Resolução n.º 1598/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a realização de obras na Escola Básica 2/3 D. Carlos I em Sintra

Adiado.

8. Apreciação e votação de relatório final de petição

8.1. [Petição n.º 467/XIII/3.ª](#) - Solicitam a celebração de Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo que respeite o estipulado na Lei de Bases e o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

- Deputada relatora: Sandra Pontedeira (PS)

Adiado.

9. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução aprovados

- [Projeto de Resolução n.º 1421/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes)
- [Projeto de Resolução n.º 1451/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Em defesa da Escola Secundária de Rebordosa, no concelho de Paredes
- [Projeto de Resolução n.º 1547/XIII/3.ª \(PSD\)](#) Requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa
- [Projeto de Resolução n.º 1569/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a urgente requalificação e reabilitação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa

Tendo sido distribuído pelos serviços um mapa comparativo do texto das recomendações dos 4 projetos de resolução e um texto de substituição com a fusão de todos, o Deputado Porfírio Silva (PS) manifestou a posição de que a apreciação na especialidade dos projetos de resolução (recentemente decidida pela Conferência de Líderes), não devia ser feita nos mesmos termos da que é feita em relação às propostas de lei e projetos de lei, com votação das iniciativas uma a uma e ponto por ponto.

Propôs ainda que se apreciasse apenas o texto de substituição, com a fusão das recomendações resultantes dos 4 projetos de resolução e manifestou concordância com o mesmo. As Deputadas Maria Germana Rocha (PSD) e Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordaram com o texto de

substituição. Os Deputados Ana Mesquita (PCP) e Joana Mortágua (BE) informaram que indicariam por *email* eventuais alterações, podendo o texto ser submetido a votação.

Tendo havido consenso, o texto de substituição foi aprovado globalmente, por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

A gravação da discussão está disponível nos projetos de resolução.

10. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data da próxima reunião

- 12 junho – 15h

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Amadeu Soares Albergaria
Ângela Moreira
João Vasconcelos
José Luís Ferreira
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Diogo Leão
Ivan Gonçalves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro